



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ORAL

Criação de um mecanismo de coordenação e produção legislativa sobre o voluntariado

O voluntariado é um marco importante da civilização e do progresso de qualquer comunidade. Nestes últimos anos, o voluntariado em Macau registou um rápido desenvolvimento, as equipas aumentaram, as actividades enriqueceram, o âmbito dos serviços foi alargado, o espírito de “dedicação, amizade, mútua ajuda e progresso” foi sendo difundido, pondo assim a descoberto muitos excelentes voluntários e histórias comoventes mas, também, as fraquezas do sistema de gestão, a falta de regulação das actividades e a carência de um mecanismo de incentivo e garantia, situação que é urgente resolver.

A tendência internacional é legislar sobre o voluntariado, que é o que a China tem vindo a fazer nos últimos anos, e o Presidente Xi Jinping afirma, no relatório da XIX Legislatura da Assembleia Popular Nacional, a implementação da sistematização do trabalho voluntário. Foi assim que apareceram as “Normas sobre o trabalho voluntário”, para serem cumpridas na promoção do desenvolvimento saudável do trabalho voluntário, assinalando assim a fase da sua entrada na regulação legislativa.

Com o desenvolvimento socioeconómico, o modelo da prestação está, a par da regulação normativa, a sofrer mudanças, ou seja, em vez de se satisfazer primordialmente as necessidades de alguns utentes, passou a satisfazer-se essencialmente as necessidades decorrentes do desenvolvimento social. O peso do



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

modelo de trabalho voluntário nas áreas da economia e da cultura está constantemente a aumentar, portanto, são esses o rumo e a tendência no futuro. O trabalho voluntário, além de estar virado para a sociedade, foca-se no desenvolvimento da região no seu todo, necessitando, portanto, de orientação e apoio do Governo.

O trabalho voluntário está numa importante fase de desenvolvimento, e urge criar um sistema de políticas legislativas para o dinamizar e para clarificar as atribuições dos serviços públicos relativamente ao voluntariado, com vista a proporcionar garantias legais para o seu desenvolvimento ordenado.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. Macau não tem um mecanismo uniformizado para coordenar um grande número de organizações de voluntariado nem políticas uniformizadas para todos os serviços públicos. Mesmo em termos da estrutura da protecção civil, se bem que exista um mecanismo de ligação, a verdade é que não é uniforme, pois há um mecanismo de ligação e colaboração, em separado, com as organizações de voluntariado, tanto para a área da Segurança como para a área dos Assuntos Sociais e Cultura. Para maximizar as potencialidades dessas organizações, o Governo vai criar um mecanismo para as coordenar?
2. Em 2006, a China Continental lançou as “Normas sobre a inscrição de voluntários da China”, as quais foram revistas em 2013, para regulamentar os respectivos procedimentos em termos de inscrição, direitos e obrigações, trabalho voluntário, organização e gestão, incentivos e premiação, aproveitando para promover o desenvolvimento da respectiva regulação. O



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

Governo deve criar uma plataforma de inscrição e registo, para atribuir ao voluntariado um estatuto que permita dedicação afincada ao trabalho e para melhorar a respectiva gestão. O Governo vai fazê-lo?

3. A regulação normativa é uma premissa importante para a sistematização do trabalho voluntário. Em Maio de 2018, na resposta a uma interpelação oral apresentada por esta Assembleia Legislativa, o Instituto de Acção Social respondeu que ainda não havia plano, nem calendarização para a regulação normativa do trabalho voluntário, mas que se mantinha, em termos de longo prazo, uma visão e uma atitude positiva. Com o célere desenvolvimento do trabalho voluntário, há que proceder à sua regulação e sistematização em termos normativos, de forma a garantir os respectivos direitos e interesses legítimos. Quando é que o Governo vai accionar a respectiva produção legislativa? E de que planos dispõe em concreto?

09 de Fevereiro de 2021

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM

Lei Chan U